

## **Mobilização via internet no combate à corrupção: ciberativismo na plataforma *Facebook*<sup>1</sup>**

Frederico Vieira<sup>2</sup>  
dericorp@yahoo.com.br

### **Resumo**

A coletivização de causas de interesse público e as funções comunicativas por ela envolvidas, bem como a dinâmica das interações e relações estabelecidas entre os públicos vinculados a redes sociais da internet são objetos de investigação cada vez mais frequentes nos estudos sobre Comunicação e Política. A sociedade civil tem diversificado seus repertórios e modos de fazer política, valendo-se sobremaneira das novas tecnologias disponíveis em ambientes complexos como a internet. Nesse artigo, procuramos identificar questões relevantes para a compreensão do fenômeno da mobilização de públicos via internet, na defesa de causas de interesse público, em especial no espaço de interação proporcionado pela plataforma *Facebook (FB)*, com vistas a fortalecer a participação popular no combate à corrupção. Em particular, o foco de análise incide sobre o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), por meio da comunidade “Campanha Ficha Limpa”, presente no *FB*. Sem adotar caráter conclusivo, o artigo, todavia, indica algumas contribuições, a saber: (1) uma proposta de metodologia customizada para investigação do conteúdo constantemente mutante e virtualmente disperso presente na plataforma; (2) o reconhecimento de repertórios de interação e de táticas recorrentes utilizados pelos cidadãos na mobilização política, sobretudo os de maior impacto e relevância, levando-se em consideração as conexões entre os ambientes *online* e *offline* e (3) os limites impostos à atuação da sociedade civil na internet pelos interesses comerciais estruturantes da própria plataforma, sustentados por seus criadores e proprietários, e pelas condições de acesso e usabilidade do meio.

### **Palavras-chave**

Comunicação e Mobilização Social. Ciberativismo. Combate à corrupção. Campanha Ficha Limpa. *Facebook*.

---

<sup>1</sup> Artigo-resumo da dissertação de mestrado “Mobilização via internet no combate à corrupção: ativismo cidadão na plataforma *Facebook*” apresentada pelo mesmo autor ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais em maio de 2012, sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Relações Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Dezesseis de fevereiro de 2012. O Supremo Tribunal Federal decide pela constitucionalidade da “Lei Ficha Limpa”<sup>3</sup>. O coroamento de um processo longo, cheio de idas e vindas pelas instâncias dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; materializava-se nesse ato o desejo de entidades, associações da sociedade civil e de cidadãos que *se moveram* em combate à corrupção eleitoral no país. Ou, talvez, o início de uma nova etapa de mobilizações, agora pela ampliação do alcance da Lei.

O Projeto de Lei (PL) “Ficha Limpa” é uma experiência ímpar. Originado por iniciativa popular, foi subscrito por 1,3 milhão de eleitores, número que subiu para 1,7 milhão no momento em que estava sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, aos quais, naquele ato, se agregaram dois milhões de assinaturas *online*. Dele resultou a Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, que altera a Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990. Trata de casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. A Lei prevê que a condenação em segunda instância por decisão colegiada, sem a necessidade do trânsito em julgado, torna inelegível pelo período de oito anos o candidato condenado.

À época da tramitação do PL inúmeras comunidades virtuais foram criadas, nomeadas como “Ficha Limpa já, eu apoio!!” ou “Ficha Limpa neles”. Destacaram-se também organizações como o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral<sup>4</sup>, uma centralidade de produção de conteúdo e de ações mobilizadoras que ganharam a cena nacional à época da Campanha, não exatamente pelos tradicionais meios de comunicação de massa, mas principalmente pelas mensagens dirigidas aos públicos internautas. A comunidade “Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral” (CFL-MCCE) no *Facebook*<sup>5</sup> (FB) constitui o objeto desse artigo. Criada em junho de 2009 por integrantes do MCCE, a comunidade já contava com mais de sete mil usuários, em novembro de 2010.

A Comunicação assume papel fundamental nos processos de mobilização social, na convocação das vontades das pessoas e no compartilhamento de sentidos e

---

<sup>3</sup> Lei Complementar 135, cujo projeto foi aprovado pelo Senado em 19/5/2010, e sancionado pelo Presidente da República, sem veto, em 4/6/2010.

<sup>4</sup> O MCCE é composto por 51 organizações que visam a defesa do interesse público, direta ou indiretamente ligados à sociedade civil.

<sup>5</sup> O *Facebook* completou em março de 2013 nove anos de existência; em pouco tempo se tornou o segundo *site* mais popular da internet, perdendo apenas para o *Google*. Considerado a maior rede social *online* do mundo, ao *Facebook* estão conectadas mais de 1 bilhão de pessoas (usuários ativos), marca atingida em outubro de 2012, segundo informações no *site* oficial da plataforma.

interpretações (TORO e WERNECK, 2004 ;HENRIQUES *et tal.*, 2004). Tal perspectiva busca compreender porque os sujeitos se engajam em movimentos sociais de caráter político e como estratégias de mobilização são criadas, transacionadas, incorporadas em repertórios comunicativos que ganham vida no cotidiano dos atores envolvidos. Em foco estão os ideais e causas cujas abrangências convergem ao espaço público por meio de discursos e práticas. Em sua maioria, as ações comunicativas dos sujeitos perseguem a justiça social e a garantia de direitos civis, políticos e sociais.

Por isso, elegemos o conceito de engajamento cívico sob o prisma do envolvimento político e da mudança social, face às diversas definições possíveis para o termo. Esse engajamento se caracteriza pelo exercício dos cidadãos nas atividades essencialmente sociais, em sua maioria de caráter voluntário, vivenciadas em comunidades *online* e/ou *offline*, considerando-se fortemente os contextos comunicacionais e mobilizadores dessas. Tais atividades podem apresentar diferentes graus de politização (FIORINA, 2001), de maneira que muitas delas podem ou não estar associadas a políticas públicas empreendidas pelo Estado Democrático. Todavia, o engajamento cívico não pode ser compreendido somente como sinônimo de fortalecimento da democracia. Por vezes, o alto envolvimento dos cidadãos com a política pode se dar por meio de sentimentos de ódio, desespero, ou outras motivações de caráter violento e autoritário, fundamentalmente “anti-democráticas”, corroborando para situações, por exemplo, em que minorias são massacradas e os direitos humanos desrespeitados.

O engajamento cívico sob o viés democrático se vale do tripé de sustentação da ação coletiva composto por *agencies*, *repertoires* e *targets* (NORRIS, 2002); são elementos responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura mobilizadora que se faz favorável aos novos movimentos sociais, notoriamente diversificados para além dos processos das eleições, dos partidos e da vinculação a grupos de interesses influentes que refletem o *mainstream* político, o que proporciona diversificação de oportunidades para o próprio engajamento, processo salutar à democracia representativa.

Também nesse contexto a Comunicação assume importante papel. Promove a articulação entre esses três elementos (*agencies*, *repertories*, *targets*), a saber: nela e por meio dela se dão o exercício da linguagem, das práticas de negociação de sentidos entre públicos e as centralidades formadas por eles (*agencies*), o compartilhamento de

valores e visões, a construção das relações intersubjetivas e dos discursos e ações transacionados entre os atores que tomam parte na questão ou causa pública (*repertories*); e, finalmente, a conformação de redes sociais cuja capilaridade catalisam a atuação coletiva, direcionada a objetivos em comum vinculados ao “bem comum” (*targets*). No ambiente internet, é preciso dizer que as arenas públicas nele criadas são mais que mundos paralelos de informação que coexistem independentemente dos meios de comunicação de massa tradicionais. Tais arenas favorecem que as pessoas criem suas próprias expressões, buscando a informação e travando relações menos dependentes da mídia massiva.

Há algumas características elementares do ciberespaço que contribuem para essa forma de mobilização: a ruptura das fronteiras geográficas, permitindo a “desterritorialização” de causas que passam a ser compartilhadas em nível global e, ao mesmo tempo, a criação de novos tipos de territórios, numa espécie de processo de re-territorialização; a participação ampliada dos públicos em discussões, possibilitada pelo relacionamento menos hierarquizado entre pessoas conectadas via rede cujos controles, embora persistam, se tornam menos rígidos; uma organização cronológica de registros das manifestações e ações dos públicos em interação, tornando-se o arquivo da memória coletiva das ações comunicativas desenvolvidas pelos sujeitos; novos formatos de participação democrática *online*, distanciados do clássico modelo de democracia representativa, mais próximos das experiências participativas.

Assim, o estudo da Comunicação nesses contextos é valoroso pela própria natureza transversal da área e sua capacidade de se desdobrar sobre os múltiplos públicos envolvidos nos movimentos de mobilização, auxiliando a Ciência Política a compreender, com maior amplitude, o alcance das ações políticas que transitam pela internet.

### **A *Análise Multifocal*: princípios e procedimentos**

Na contemporaneidade, a dinâmica da formação de públicos propiciada pelo uso das redes sociais da internet, ao modo de um *livro de areia*, se desfaz e se recompõe ao longo das leituras que os estudos da Comunicação procuram lhe dar. Desafiador, esse fenômeno mutante se constitui sobremaneira pelas relações intersubjetivas, o que impõe

ao pesquisador certa angústia por não poder captar uma resultante global das variáveis (e dos efeitos) que se manifestam nas interações em plataformas *online*.

Assim como os escribas da antiguidade faziam uso do palimpsesto, num ciclo infundável de idas e vindas da palavra sobre o mesmo suporte, a era pós-massiva é aquela em que os indivíduos inscrevem sobre si mesmos – e sobre os outros perfis pessoais disponíveis em *sites* – informações, opiniões, temas e argumentos, discutindo por entre papiros desmaterializados, mas encarnados em identidades virtuais compartilhadas e constantemente editáveis.

Nesse contexto, não desconsideramos as contradições e tensões próprias do uso e apropriação do espaço público virtual, o *digital divide* (NORRIS, 2001, 2002) que problematiza a função democratizante da internet no que tange à ampliação do uso social da ferramenta com enfoque em questões de interesse público, especialmente no acesso à informação e comunicação em áreas rurais remotas e em periferias urbanas marginalizadas, para solução de problemas sociais endêmicos e no combate à pobreza. No entanto, é possível reconhecer experiências nas quais os sujeitos exercitam um espécie de *eu expandido* em mobilização, perseguindo a alteridade com o outro, priorizando o diálogo e a participação política. Isso não quer dizer, obviamente, que eles se façam apenas de atos heróicos ou democráticos, firmando-se na constante postura de bom-moço, mas que concedam presença significativa ao engajamento cívico em suas interações *online*.

Sob esse ponto de vista, a representação do *eu expandido* via rede pode facultar-lhe a *flexibilização da sociabilidade*, num movimento de interação mais plural, com efeitos ora virtuais, ora presenciais, sobre a construção da própria identidade, dos seus vínculos e de suas relações sociais, especialmente as de cunho político.

A CFL-MCCE no *FB* é um dos exemplo dessa nova forma de sociabilidade, que ganhou força no século XXI, mas que guarda conexão com formas profundamente arcaicas, tributárias da comunicação face a face, do momento presencial, mesmo que as interações ocorram entre faces digitais, de sujeitos encarnados em seus perfis virtuais.

No contexto de nossa pesquisa fomos norteados pelas seguintes questões: as interações estabelecidas pelos públicos integrantes da CFL-MCCE contribuirão para a coletivização da causa de combate à corrupção? Em caso positivo, como isso se deu? Hipoteticamente, o *FB* contribuiria diretamente para a coletivização da causa de

combate à corrupção; essa coletivização resultaria da interseção das características da plataforma virtual e dos perfis de seus atores. A partir disso foi preciso: (1) reconhecer o repertório de ações comunicativas entre os públicos da CFL-MCCE, mapeando-as e categorizando-as de acordo com as funções da Comunicação para Mobilização Social; (2) identificar e analisar as condições de coletivização da causa manifestas nas interações entre os públicos integrantes da comunidade no *FB*.

Henriques et al. (2004) destacam as seguintes funções comunicativas: (1) CI - *convocação e identificação*; (2) MA - *motivação e animação* (3) FD - *fomento do debate público*. Na primeira há o predomínio de interações para o chamamento à causa, onde os elementos simbólicos e de identificação visual, tradutores dos objetivos almejados pelo coletivo procuram conferir materialidade à mobilização. A segunda função abarca interações que fazem circular informações sobre as ações desenvolvidas coletivamente, oferecendo visibilidade aos avanços do movimento social; almejam o reconhecimento público delas e também dispõem de uma ritualística que valoriza as situações de encontro e de construção coletiva. Já a terceira e última função se dá nas interações que trazem subsídios ao debate público, como informações qualificadas sobre os temas relacionados à causa. Por vezes técnicas, essas interações contribuem para ampliação do entendimento, da percepção e da compreensão dos públicos sobre a problemática enfrentada, favorecendo a participação deles na criação de soluções. Essas categorias, somadas a outras, servem de base para a construção de nosso modelo de análise.

Adotou-se uma perspectiva metodológica quantitativa e qualitativa, voltada para um estudo retrospectivo do conteúdo das interações estabelecidas pelos públicos integrantes da comunidade CFL-MCCE no *FB*, ao longo de um ano, ou seja, de junho de 2009 – mês de criação da comunidade – a junho de 2010, mês em que a Lei Complementar 135 foi sancionada.

Para tanto, reuniu-se uma coleção de 586 *posts* veiculados pelos membros da comunidade na seção mural do grupo aberto, aos quais podem estar vinculados, ou não, comentários e outros elementos de interação como *links*, capilaridades como “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”. A comunidade, em novembro de 2010, contava com mais de sete mil usuários. Os dados quantitativos foram complementados com a prospecção de outros dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas em

profundidade com representantes dos públicos envolvidos pelo processo de mobilização *online* (prioritariamente), mas também *offline*.

Os *posts* configuram, portanto, as unidades-base de coleta, interpretação e análise. Um *post* constitui o produto unitário da ação em comunicação de um participante sobre a comunidade, ao qual podem estar vinculadas outras manifestações que lhe agregam valor comunicativo, capilarizando-o e ampliando-lhe o alcance na rede.

Na fase inicial, de caráter exploratório, a coleção de mensagens postadas pelos públicos da comunidade ofereceu os primeiros insumos para pesquisa. A coleta dos *posts* se deu em 18 de novembro de 2010. Os textos constantes nas postagens expostas na seção “Mural” da comunidade foram transportados para um arquivo digital de texto, obedecendo-se o recorte temporal estabelecido entre a data de criação da comunidade e a data de publicação da Lei Complementar 135, resultante do processo legislativo do Projeto Ficha Limpa (de junho de 2009 e junho 2010). Os *posts* foram numerados em ordem decrescente, do mais recente ao mais antigo. Nesse processo, as imagens e vídeos foram reservados a uma posterior análise, considerando-se que os *links* recolhidos junto aos textos poderiam resgatá-los. Tal medida foi necessária para conferir agilidade ao processo, evitando o uso de arquivos com grande números de *bytes*.

Portanto, são considerados dados primários para construção do modelo de análise: (1) as manifestações postadas pelos integrantes da comunidade CFL-MCCE do *FB*; (2) informações de natureza quantitativa, tais quais: número de usuários, acessos à rede, entre outros, obtidos por meio de ferramentas relacionadas ao *FB* e pela apuração qualitativa de dados; (3) depoimentos de lideranças e representantes da comunidade CFL-MCCE sobre a percepção da coletivização ocorrida no âmbito virtual *versus* presencial. Nesse *paper* nos interessa, sobremaneira, o primeiro item.

A base de dados formada pela coleção de *posts* ofereceu, *a priori*, uma “fotografia” e um “ponto de ancoragem” para desenvolvimento do método e da análise, já que considera tal recorte no espaço (plataforma *online*) e no tempo (período compreendido entre a criação do grupo no *FB* e a sanção do Projeto de Lei). No caso das manifestações pertencentes ao histórico no *FB*, procurou-se simplificar a codificação e o acesso à massa de dados por meio de uma matriz formatada em planilha.

Essas informações foram comparadas com as obtidas em entrevistas semiestruturadas qualitativas concedidas pelas lideranças do *FB* e por aquelas que atuam na esfera presencial, valendo-se exclusivamente da análise de conteúdo. O esforço inicial pela categorização das manifestações na comunidade obedeceu à categorização temática (BARDIN, 2002), observando-se os objetivos de investigação, sem se desconsiderar as características das mensagens.

O inventário resultou da coleta e separação *post a post*, seguida da organização do conteúdo neles constantes. Num segundo momento, a classificação foi submetida à análise do conteúdo, também *post a post*, obedecendo-se as categorias criadas para compreensão do problema.

A fim de desenvolver um método que atendesse ao objetivo da pesquisa e às suas perguntas essenciais, a partir dos dados coletados desenhamos um modelo de classificação e análise próprio, que denominamos *Análise Multifocal*, cujas categorias obedecem aos conceitos da Comunicação para a Mobilização Social, sobretudo garantindo o rastreamento dos circuitos de coletivização desenhados pelos participantes do grupo no *FB*. Para tanto, além do conteúdo das mensagens, são considerados seus autores bem como as especificidades do meio de interação.

Assim, a *Análise Multifocal* centra-se em três vertentes, quais sejam: (1) *conteúdo*, que enfoca a força comunicativa da mensagem quanto às condições de coletivização, subdividindo-se nas seguintes categorias: classe, tipo, natureza, função comunicativa e nível com relação à causa (neste caso o combate à corrupção na experiência da Campanha Ficha Limpa pela aprovação do Projeto de Lei); (2) *autor*, que detalha o ator, coletivo, grupo e/ou sujeito que vocaliza a mensagem, ou que seja revelado por ela, e seu enquadramento a partir do papel social que assume no contexto da Campanha; (3) *meio*, sobre o qual se desdobram as definições do canal e a capilaridade que o *post* oferece a partir de *links* e outras conexões com elementos externos à CFL-MCCE e à própria plataforma *FB*.

Na *Análise Multifocal* cada categoria desdobrada funciona como um *captador de informações* que auxilia a formar uma imagem e, por conseguinte, uma leitura global sobre a CFL-MCCE no *FB*. Como num sistema de *olhos compostos*, tentamos captar e reconhecer, por meio de variadas lentes voltadas a múltiplos focos, uma imagem ampliada – mas categorizadora – do ativismo na CFL-MCCE no *FB*.



Vale destacar que foram considerados para essa base de dados todos os 586 *posts* e os comentários a eles vinculados. Entretanto, embora os comentários se façam presentes no inventário, o efeito classificatório recai apenas sobre o conteúdo do *post* original. Os comentários vinculados a esse foram mapeados, mas não categorizados, entendendo-se que eles sempre respondem ao *post* de origem. O conteúdo dos comentários foi considerado prioritariamente no momento qualitativo da pesquisa, correlacionando-o aos dados apurados nas entrevistas em profundidade.

As interconexões de um *post* a outro, de um comentário a um *post* (e vice-versa); e de um comentário a outro comentário, quando mapeadas, possam desenhar o circuito da coletivização *online*, em que as interações são por vezes dispersas. Ainda na fase exploratória, reconhecemos que o debate sobre a Campanha não ocorrera de maneira aprofundada na comunidade, devido às características do meio *FB*, cuja atualização e tempestividade são por vezes intensas, organizadas em torno de pessoas, e não especificamente por tema.

A lista de categorias que apresentaremos a seguir pode parecer extensa, sobretudo no que se refere ao tópico “conteúdo”. Entretanto, fez-se necessária análise detalhada dos *posts* para que fosse possível chegar ao desenho dos circuitos de coletivização *online*, que se valem de várias conexões e elementos para conformar o todo. Assim, o inventário considera múltiplas variáveis, incluindo a possibilidade de intercruzá-las. A riqueza do intercruzamento ofereceu leituras diversas; detivemo-nos sobre aquelas que nos pareceram os melhores achados de pesquisa.

Segue, abaixo, a lista de categorias desenvolvida:

(I) **Classe:** diz respeito ao grupo de assunto ao qual o *post* está ligado. Na amostra é possível identificar cinco grandes agrupamentos, quais sejam: (1) *Manifestações*, de caráter geral, das mais diversas naturezas, as quais revelam enunciados e vocalizações dos sujeitos, expressões individuais de opiniões, interpretações, inferências, entre outros; (2) *Táticas de Mobilização*, que reúne mensagens direcionadas à disseminação de repertórios de ações comunicativas, sejam *offline* ou *online*, com vistas à mobilização de público em torno da causa; (3) *Monitoramento da atividade parlamentar*, cujas informações relatam, refletem ou problematizam fatos ou ações relacionados ao universo do Congresso Nacional, particularmente da atuação de deputados e senadores com relação ao Projeto de Lei da

Ficha Limpa; (4) *Casos e escândalos de corrupção*, categoria que agrupa *posts* que informam exemplos de corrupção na vida política brasileira, ligados ou não ao contexto do Ficha Limpa, o que contribui para materializar o tema, o problema a ser combatido; (5) *Eleições 2010*, todos os que se relacionam ou fazem referência direta ao processo eleitoral 2010, a seus candidatos, podendo ou não apresentar caráter partidário.

(II) **Tipo**: revela um espectro identificador do conteúdo tratado pelo *post*, submetido a um dos cinco grupos de assuntos já informados, em caráter não-excludente. Muitas das mensagens apontam para mídias do próprio MCCE ou de atores vinculados à causa, como *Twitter*, *blogs*, outras comunidades da internet. Segundo o tipo, podem ser: (1) *Enunciações*, que compreendem mensagens de adesão e/ou apoio ao movimento de combate à corrupção; mensagens de protesto e/ou repúdio a fatos, ações, conduta de agentes políticos ou pessoas públicas; proposição direta ou indireta de questões para debate no ambiente do *FB*, ou pedidos de informação e esclarecimentos de dúvidas dos participantes da comunidade; (2) *Convocações*, compostas por convites a ações presenciais ou mediadas/virtuais (“*twitaço*”, *e-mail*, ligações telefônicas, entre outros). Destacam-se as mensagens que estimulam a adesão via abaixo-assinado, seja por meio da impressão de formulários ou via *sites* como *Avaaz.org* ou *Petition Online* e também aquelas que denunciam candidatos corruptos (como listas de “*fichas sujas*”, que convocam os eleitores a não votarem nesses); (3) *Notícias*, ou conteúdo de caráter noticioso, oriundos da mídia comercial, dos canais oficiais de órgãos públicos, ou provenientes de mídias alternativas, incluindo a própria internet, particularmente a plataforma *FB*. São considerados nessa categoria fotos e vídeos sobre ações de mobilização; (4) *Material de Campanha*, tais quais vídeos, formulários, modelos de mensagens, listas de contatos, conteúdos em geral disponibilizados pelo MCCE; (5) *Outros conteúdos*, como canções, outros vídeos, manifestações artísticas disponíveis na internet que guardem conexão com o combate à corrupção.

(III) **Natureza da Informação**: as informações contidas nos *posts* podem apresentar diferentes naturezas, evidenciando traços ligados à cena social em que se desenrola o movimento mobilizador; reflexividade sobre o tema ou tópico de discussão; ou explicações ligadas ao uso e apropriação das próprias informações. Podem ser agrupadas em: (1) *Informações Operacionais*, que tratam de questões logísticas de campanha, oferecem um passo-a-passo para determinada ação ou esclarecem sobre

questões pontuais. Não exigem uma interpretação aprofundada dos leitores, são de rápida assimilação. Entre essas, figuram informações sobre locais e datas de eventos (agenda de eventos e programações); sobre como operacionalizar práticas de mobilização presencial ou internet, entre outros; (2) *Informações Contextuais*, que são aquelas que tratam de um contexto de ação, oferecendo dados sobre um fato, uma realidade vivida pelos públicos, exigindo capacidade de interpretação do leitor. As notícias, por tratarem de fatos políticos, em grande medida estão presentes nesta categoria; (3) *Informações Temáticas*, aquelas vinculadas ao tema corrupção, que necessitam de maior dedicação e tempo do leitor para reflexão sobre o conteúdo e são de caráter mais analítico. Em geral, não se prendem a uma ação ou contexto específico, mas a uma visão ampliada do tema. Exemplificam essa categoria as entrevistas com fontes especializadas e os artigos da crítica ou comentaristas políticos.

(IV) **Função Comunicativa predominante**: aqui as interações da CFL-MCCE foram categorizadas a partir das funções da Comunicação para a Mobilização Social, referenciadas em Henriques et al. (2004), a saber: (1) *Convocação e Identificação* (CI) – interações onde há o predomínio do chamamento à causa do Ficha Limpa; se utilizam fartamente de elementos simbólicos e de identificação visual, tradutores dos objetivos do movimento; por meio delas os indivíduos se vêm reconhecidos na causa; (2) *Motivação e Animação* (MA) – interações que fazem circular informações sobre as ações desenvolvidas, oferecendo visibilidade aos avanços do movimento; almejam o reconhecimento público delas e também dispõem de uma ritualística que valorize as situações de encontro e de construção coletiva; (3) *Fomento do Debate Público* (FD) – interações que trazem subsídios ao debate, como informações qualificadas sobre os temas mobilização, corrupção, princípios legais, entre outros. Por vezes técnicas, estas interações contribuem para ampliação do entendimento, percepção e compreensão dos públicos sobre a problemática enfrentada, favorecendo a participação deles na criação de soluções. Obviamente, em alguns casos pode-se encontrar *posts* que exerçam mais de uma função comunicativa. Nesses levou-se em conta a função predominante para efeito de classificação.

(V) **Nível**: refere-se ao nível de proximidade do *post* com os objetivos da CFL-MCCE. São eles: (1) *Central*, ou seja, *posts* que tratam diretamente de questões relacionadas ao movimento de mobilização em favor da aprovação, sanção e

viabilização do Projeto de Lei; (2) *Tangencial*, que agrupam os *posts* cujas informações tratam de temas relacionados à corrupção, mas não relacionados ao Projeto de Lei; (3) *Periférico*, *posts* que tratam de outras causas de interesse público, mas alheias à própria comunidade ou ao tema corrupção.

(VI) **Capilaridade**: refere-se à presença de conexão com outros conteúdos, mensagens ou atores presentes na internet; em geral oferecem *links* para eles. Quanto a essa variável, importa saber se há ou não a presença da capilaridade e para quem essa direciona. Por isso, em sequência foram identificados os autores (ator, coletivo, grupo e/ou sujeito) presentes nos *links*, de modo a desenhar a vinculação do membro do grupo do *FB* e as fontes de informação externas relacionadas ao *post*.

(VII) **Autor**: a amostra perfila um elenco de pessoas autoras, individuais, grupais, coletivas, organizadas em movimentos e representando instituições que podem ser agrupados em: (1) *Cidadãos*, que correspondem à maior parte das pessoas que tenham perfis no *FB*, e que compõem o grupo CFL-MCCE no *FB*; (2) *Sociedade Civil Organizada*, presente em *links*, ou diretamente citada nos textos postados pelos membros do grupo, é composta por movimentos, instituições, coletivos e grupos que defendem o combate à corrupção ou tema correlato; (3) *Poder Público*, presente nos *links* postados pelas pessoas, tais como Câmara dos Deputados, Senado, Tribunal de Contas da União, entre outros; (4) *Mídia*, também presente nos *links* e citações, podendo pertencer a grupos da comunicação de massa, de projeção nacional, regional ou internacional; aos veículos alternativos oriundos da internet; ou a grupo de *sites* e portais de notícias comerciais. Há ainda aqueles *posts* cuja autoralidade dos *links* não pode ser identificada. Assim, em alguns casos, apesar de se saber quem posta, não se consegue identificar a origem do *link* postado.

(VIII) **Canal**: são múltiplos os canais, sendo que a capilaridade, em sua maioria, direciona a outras plataformas de ação da internet, em especial para redes sociais e ambientes de livre compartilhamento de conteúdo. Podem remeter a canais como: *YouTube*, *Twitter*, para o próprio *FB*, *Avaaz.org*, *Petition Online*, entre outros *sites*.

**Quadro 1 - Lista de Categorias para classificação de *posts* do grupo CFL-MCCE no *FB***

	<b>Categoria</b>	<b>Sub-categorias</b>
		1. Manifestações

<b>I</b>	<b>Classe (Grupos de Assunto)</b>	2. Táticas de Mobilização 3. Monitoramento da Atividade Parlamentar 4. Casos e escândalos de corrupção 5. Eleições 2010
<b>II</b>	<b>Tipo (Conteúdo em si)</b>	1. Enunciações 2. Convocações 3. Notícias 4. Material de Campanha 5. Outros conteúdos
<b>III</b>	<b>Natureza da Informação</b>	1. Operacional 2. Contextual 3. Temática
<b>IV</b>	<b>Função Comunicativa</b>	1. Convocação e Identificação 2. Motivação e Animação 3. Fomento do Debate Público
<b>V</b>	<b>Nível</b>	1. Central 2. Tangencial 3. Periférico
<b>VI</b>	<b>Capilaridade</b>	Ocorre quando há presença de <i>links</i> ou referências diretas a outro ator ou espaço de interação virtual
<b>VII</b>	<b>Autor</b>	1. Cidadãos 2. Sociedade Civil Organizada 3. Poder Público 4. Mídia
<b>VIII</b>	<b>Canal</b>	<i>YouTube, Twitter, para o próprio FB, Avaaz.org, Petition Online, entre outros sites.</i>

**Tabela 1 – Exemplos comparativos dos procedimentos de classificação dos posts**

<b>Número do post</b>	55	193	378
<b>Autor</b>	Isabela Nogueira da Gama	Neiva Marli Ribeiro Wilson	Márlon Reis
<b>Classe</b>	Táticas de Mobilização	Manifestações	Monitoramento da Atividade Parlamentar
<b>Tipo</b>	Convite para ações virtuais (twitaço, <i>email</i> , ligações etc)	Mensagem de Protesto e/ou Repúdio	Notícia oriunda da mídia comercial
<b>Informação</b>	Operacional	Contextual	Contextual
<b>Função</b>	Convocação e Identificação	Fomento ao Debate	Motivação e Animação
<b>Nível</b>	Central	Central	Central
<b>Capilaridade</b>	Sim	Não há	Sim
<b>Ator</b>	Câmara	Cidadão	O Globo
<b>Canal</b>	Site	Não há	Site
<b>Link</b>	www.camara.gov.br	Não há	oglobo.globo.com

<b>Comentários</b>	Não há	3	Não há
<b>Curtir</b>	Não há	4	Não há
<b>Dia</b>	30	11	11
<b>Mês</b>	Set	Dez	Mar
<b>Ano</b>	2009	2009	2010
<b>Observações</b>	Oferece um passo a passo para contatar os deputados para apoio da iniciativa.	Mensagem catártica, "exorciza" ódio presente na opinião pública.	Presença da Igreja Católica no processo de mobilização.

### Repertórios e táticas

Numa primeira visada, dos mais de sete mil membros, apenas 283 pessoas abriram *posts* no período de referência, sendo que desses, 227 postaram apenas uma vez, um comportamento recorrente dos usuários das redes sociais. Todavia, 256 dos 586 *posts* foram publicados por somente 11 internautas, sendo que um desses publicou, sozinho, 104 vezes. Assim, embora seja um grupo aberto no *FB*, a comunidade aponta para um tipo de engajamento bastante conhecido na internet: muitos publicam pouco e poucos publicam muito, formando-se lideranças que processam, produzem, traduzem e distribuem a informação entre os participantes, como centros aglutinadores de comunicação.

No que se refere à análise dos *posts*, sobressaem algumas questões. A primeira delas é a de que as funções comunicativas neles manifestadas se equilibram ao modo de um tripé, sendo, portanto, não-excludentes e demonstrando uma interdependência entre si. Elas apenas preponderam umas sobre as outras, segundo o contexto de mobilização em foco. É possível reconhecer que, sob esse aspecto, a coletivização da causa, no contexto da CFL-MCCE na plataforma *FB* vale-se do uso equilibrado das três funções comunicativas (CI, MA e FD), embora essas possam variar em intensidade, de acordo com a fase de mobilização.

Uma segunda questão é a das características do processo de aprendizagem social que os sujeitos, em interação *online*, vivenciam. Um senso de injustiça irrefutável (GAMSON, 2011) recorre em muitas mensagens de protesto e/ou repúdio que compõem o inventário de *posts*, valendo-se algumas vezes de palavras contundentes; tal senso *desatomiza* o cidadão num processo de *hot cognition*<sup>6</sup>, que além do

<sup>6</sup> *Hot cognition*: termo utilizado pelos cognitivistas para designar processos de aprendizagem que se baseiam em aspectos emocionais, como o desejo, os sentimentos, as emoções e impulsos, sem privilegiar a crítica racional excessiva.

compartilhamento de informações, envolve o de identidades e de repertórios de ação. Nesse sentido, é possível reconhecer a disposição ao compartilhamento e à colaboração entre ativistas, na disponibilização mútua de saberes uns para os outros (PRIMO, 2007). Os fluxos cooperativos das interações em comunidades como a CFL-MCCE no *FB* transcendem o modelo um-para-um; qualquer interação colaborativa, mesmo a mais simples como a citação de um endereço de correio eletrônico, por exemplo, ao ficar exposta no grupo aberto cumpre a dimensão um-para-muitos (LEMOS, 2010), já que todos podem acessar o conteúdo disponibilizado pelo *post*. Observando o conjunto geral dos *posts*, cremos que os sujeitos em interação *online*, em processos de mobilização abertos ao diálogo e à participação, além de *apreender* conhecimentos, *aprendem* e se tornam, eles mesmos, multiplicadores do *aprendizado social coletivo* vivenciado em rede.

Já o apelo ao universo lúdico acompanhado de uma estética *remix* (MANOVICH, 2009), é outra questão de relevância. Suspeitamos que sua presença, viabilizada pelo uso de recursos do *FB* e das redes sociais da internet, produza um compartilhamento mais intenso entre sujeitos, podendo levar à *viralização*. O fenômeno constitui uma preciosa (e poderosa) via linguageira para os movimentos de mobilização.

Uma quarta questão é a de que as tecnologias de redes virtuais realmente configuram um novo espaço de sociabilidade (BRETAS, 2001) que, não destacado do universo *offline*, é capaz de promover aproximações locais entre sujeitos ou desses com outros movimentos sociais, fortalecendo a articulação de públicos em lugar de confiná-los aos seus *perfis* ou noutros espaços de uso particularizado. São múltiplas as possibilidades de engajamento cívico disponíveis aos membros de redes sociais *online*.

No que diz respeito à coletivização da causa, consideramos que ela ocorreu na plataforma *FB*, obedecendo à orquestração de repertórios de ação coletivizadora, fundamentais a essa forma de operar em rede de colaboração. Já a identificação e análise das condições de coletivização da causa, manifestas nas interações entre os públicos da comunidade no *FB*, permitem desenhar como elas impactaram na dinâmica relacional de formação e (re)configuração dos públicos, e em que intensidade. Os líderes, por exemplo, são ativistas reconhecidamente aglutinadores, disseminadores de repertórios de ação e responsáveis por impelir a dinâmica de formação de grupos, coletivos, atores, enfim, de públicos. As lideranças em rede interagem muito fortemente

com os públicos por onde transitam; mas só o fazem de forma dialógica e libertadora se houver condições favoráveis para a coletivização.

Em Henriques (2010, p.97 a 99), constituem as *principais condições de coletivização* de uma causa: (1) *concretude*: os públicos reconhecem afetação direta em suas vidas por problemática que, concreta, pode ser claramente identificada no cotidiano; (2) *caráter público*: onde reside a pedra angular da coletivização, já que os sujeitos compreendem a questão como não particularizada, mas por sua convergência sobre muitos; observam que o problema de um é, na verdade, problema de todos; (3) *viabilidade*: por meio desta condição os públicos compreendem que há possibilidade de mudança da situação para melhor, apesar das dificuldades ou do tempo que se exija; (4) *sentido amplo*: há o debate de visões e discursos múltiplos a respeito do problema em comum, constituindo um exercício democrático que aponta para valores mais amplos e para o compartilhamento de um imaginário que “se torna fundamental para convocar outros sujeitos a participar da mobilização e manter a motivação dos grupos em torno da causa”.

Na experiência CFL-MCCE no *FB* a *concretude* orbita em torno do Projeto de Lei, desdobrando-se sobre os abaixo-assinados *online* e físicos, cujos efeitos serão percebidos também de forma concreta, nas urnas, por meio do voto. Votar é um ato condicionado às opções de candidatos. Quando a qualidade dos candidatos é garantida, os eleitores agradecem. São ganhos diretos e indiretos de uma “triagem” estabelecida *a priori* pela Lei Complementar que funciona como um marcador lógico, espécie de chancela para eleições mais “lícitas” – e não se deve esquecer os efeitos concretos da medida num contexto de campanha eleitoral, como o do ano de 2010. Além disso, em inúmeros *posts* vimos o quanto operar a mudança almejada exige dos públicos mobilizados a capacidade de materializar ideais democráticos intangíveis, seja por meio de táticas ou de repertórios que revelam efeitos sobre o “aqui-agora” (fotos e vídeos de passeatas; monitoramento da atividade parlamentar em tempo real, compartilhamento *online* ou *offline* de iniciativas que chamem atenção para a causa a baixos custos).

Já o *caráter público* da mobilização é fortalecido, primeiramente, pela evolução da adesão numérica expressiva, que cresceu vertiginosamente, encampando a participação de diferentes setores da sociedade. Destaca-se, nesse processo, a adesão da Igreja Católica e de outros movimentos religiosos, políticos, apartidários, do Terceiro



Setor que, em tese, zelam pela lisura e ética das relações e, por conseguinte, por uma vida pública livre de escândalos, de corruptos e de corruptores. Também nisso está incluído o envolvimento das mídias tradicionais, como TV e jornais impressos de veiculação nacional que compartilharam abordagens favoráveis à Campanha, após inegável esforço de ativistas *online* junto à agenda dos veículos, para pautá-los. Os ativistas citam, inclusive, que o *FB* foi importante para garantir visibilidade do tema a jornalistas frequentadores da plataforma, influenciando em suas opiniões. Além disso, o desempenho das lideranças do MCCE (esfera macro) e de Márton Reis<sup>7</sup> (esfera micro, no *FB*) incorporam em si o interesse público. O primeiro, numa representação coletiva de entidades ligadas à defesa do bem comum, pelo combate à corrupção eleitoral. O segundo, pelo papel público de Juiz de Direito, que deve zelar pessoalmente pela aplicação da Lei, além de salvaguardá-la.

Extremamente *viável*, por se considerar o apelo do próprio objeto (combater a corrupção) e a impossibilidade de argumentar-se publicamente a favor de tais práticas ilegais, a Campanha comprovou sua viabilidade, inclusive *online*, permitindo a participação à distância de muitos internautas no processo. Essa viabilidade se viu encampada por especialistas e parlamentares que somaram esforços pela consecução dos objetivos de curto, médio e longo prazos, todos factíveis, quais sejam: (1) votação e aprovação do Projeto de Lei no Congresso; (2) validação para as eleições de 2010; (3) ampliação nos efeitos para o Executivo e Judiciário. Embora os últimos dois objetivos tenham exigido maior paciência dos eleitores, é inegável que, cedo ou tarde, serão viabilizados pelas instâncias do Poder Público, conforme temos visto. A validação da Lei Ficha Limpa para as eleições municipais de 2012 é um ganho nesse sentido. Nos *posts* da comunidade é possível reconhecer a constante “chamada” à participação por um caminho viável, mesmo que isso represente cumprir um passo a passo simplificado de envio de mensagem a um parlamentar ou, em nível mais profundo, discutir a não obrigatoriedade do voto. Ambas possibilidades viáveis no contexto *online*.

A questão dos *valores mais amplos* reside nas constantes referências à Reforma Política, no engajamento cívico de vinculação mais contínua, que opera *lato sensu* no terreno das mobilizações que visam mudança social e transformação de

---

<sup>7</sup> Ativista no *FB*. Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), associada ao MCCE; Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa (MA); Membro da Diretoria do MCCE.

cenários a partir de outros, almeçados coletivamente e compartilhados entre os sujeitos do movimento. Nesse sentido, as funções comunicativas são fundamentais, pois cada uma delas, a seu modo, perfilam uma coleção de *posts* particular, conforme analisamos ao abordarmos os repertórios de ação. A *Convocação e a Identificação* apresentam *posts* que proporcionam criar um senso de *nós*, de uma participação dentro desse *nós*, que pode evoluir da participação pontual à corresponsabilidade; a *Motivação de Animação* que opera como uma sinaleira, a mostrar os avanços do movimentos, oxigenando a comunidade com notícias, informações contextuais vinculadas à idéia de *mover para a ação*, já bastante conhecida nos movimentos *offline*. Já o *Fomento ao Debate* desdobra-se no espaço para perguntas, discussões, problematizações ligadas a temas. Interessante notar que as ferramentas *online* de compartilhamento, comentários ou “curtir” são fundamentais aos fluxos interativos, sem os quais é inviável se projetar, coletivamente, um horizonte ético, um ideal, uma bandeira a ser empunhada e brandida para que seja vista em ponto mais alto, sob perspectiva ampliada.

### **Movimentos do movimento**

Pode-se observar no conjunto dos *posts* extraídos do *FB* a presença de fases do movimento de mobilização que se distinguem não apenas por demarcações típicas do processo legislativo, mas também pelo uso de táticas mobilizadoras distintas para cada período. Em cada uma das fases há o predomínio de uma das funções comunicativas (CI; MA e FD) que se alternam numa espécie de movimento ondulatório. Tais fases não são estanques, sendo que o encadeamento de uma a outra se dá pela incorporação de novos e mais amplos repertórios de ação de natureza presencial ou virtual, com vistas a atingir um objetivo específico, relacionado à fase do movimento, sem ignorar a causa maior, o combate à corrupção.

A pesquisa permitiu concluir que, a coletivização de uma causa, no contexto da CFL-MCCE na plataforma *FB*, vale-se do uso equilibrado das três funções comunicativas (CI, MA e FD), embora essas possam variar em intensidade, de acordo com a fase de mobilização. Ao modo de um tripé, tais funções são interdependentes e não-excludentes; elas apenas preponderam umas sobre as outras, segundo o contexto de mobilização em foco.

Os públicos imersos no *FB* não interagem somente via internet, mas também em manifestações face a face e, gradualmente, constroem com esse hibridismo

*online* e *offline* um corpo de estratégias com linguagem e ritmo próprios, compartilhando informações, sentimentos e atitudes essenciais à continuidade da mobilização. No caso em questão, foram detectadas seis fases, a saber: (1) *convocação inicial*; (2) *adesão absoluta*; (3) *atos públicos*; (4) *vigília pública*; (5) *hiato*; (6) *reproblematização*.

A primeira fase é a da “convocação inicial”, com a coleta de assinaturas para legitimação do Projeto de Lei. No *FB* ela tem início em 14 de junho de 2009, com a abertura da comunidade; entretanto, a ação já vinha ocorrendo em outros espaços, conforme agenda do MCCE. Essa fase ganha fôlego até a entrega do Projeto na Câmara dos Deputados, quando atinge seu ápice, após três meses de intensa campanha. A meta era a cifra de 1,3 milhão de assinaturas físicas, e não apenas virtuais, o que representa 1% do eleitorado nacional, condição *sine qua non* para a proposição do Projeto de Lei por Iniciativa Popular. Nessa fase, são recorrentes as postagens do tipo “passo a passo” que solicitam a impressão do formulário- modelo, a coleta de assinatura e respectivo envio para o endereço indicado no próprio documento. O site do MCCE é fortemente divulgado, ao lado de notícias oriundas da mídia tradicional, com *links* nos *posts*. Ganha destaque a divulgação do vídeo da campanha e o uso do *twitter* como ferramenta de apoio à capilaridade do abaixo-assinado na internet. São contabilizados 54 *posts*, sendo que muitos deles tratam da necessidade de adesão ao movimento, predominando a função comunicativa de convocação e identificação com a Campanha. O volume e a frequência de interações é ainda baixo, em particular se compararmos às demais fases, e há descontinuidade dos fluxos comunicativos, bem como pequeno uso de ferramentas como “comentar” e “curtir”. É possível que isto seja resultado de uma adaptação dos públicos à nova plataforma, cujos recursos serão paulatinamente processados, intensificando-se o uso e a interação com esses na próxima fase.

A segunda fase pode ser nomeada como da “adesão absoluta”, na qual os deputados federais serão foco de mensagens eletrônicas, telefonemas, cartas e de outras ações para que apoiem e votem favoravelmente ao Projeto, conhecidas como “passeatas *online*”. Expressões como “pressão”, “acirrar campanha” e “combate” são citadas com frequência nos *posts*, demonstrando que os participantes do movimento percebem a necessidade da adesão parlamentar para viabilização do processo legislativo, motivado pela pressão da opinião pública. A viralização do engajamento via internet é outra

preocupação dos participantes, particularmente das lideranças que disponibilizam modelos de mensagens para envio aos parlamentares e listas de contatos eletrônicos e telefônicos. O *Avaaz.org*, *site* para mobilização por meio de abaixo-assinado *online*, é amplamente citado como forma de garantir a continuidade da coleta de assinaturas, com vistas a reforçar a legitimidade do Projeto de Lei por meio do ciberativismo. O dia mundial de combate à corrupção (9 de dezembro) é celebrado durante esta fase, com vários *posts* de apoio ao movimento, e de protesto contra casos e escândalos nacionais. Somente nesse dia foram postadas 25 mensagens. O fluxo de mensagens torna-se mais intenso, contabilizando-se 258 mensagens durante esta fase, compreendida entre a entrega do Projeto de Lei à Câmara, em 29 de setembro de 2009 até a criação do grupo de trabalho para analisar as propostas de emendas ao Projeto, compostos por integrantes de todos os partidos representados no Congresso, em 9 de fevereiro de 2010.

Com a mudança do ano, o *slogan* “2010: ano da faxina” é enunciado pelos participantes, que passam a transacionar notícias de *sites* da mídia tradicional, destacando-se veículos ligados aos grupos Globo e Estadão; e, em menor intensidade, notícias de *sites* independentes de outros movimentos sociais e *links* para vídeos do *YouTube*. Interessante observar que, entre os conteúdos dos vídeos, há canções com caráter de denúncia política, inclusive de duas marchinhas de carnaval que tratam de escândalos de corrupção.

Outro aspecto relevante é o compartilhamento de conteúdos produzidos por colunistas como Arnaldo Jabor, Renata Lo Prete e Lucia Hippolito, entre outros, que contribuem para a reflexão sobre o tema corrupção e sobre o andamento do processo legislativo. Ao mesmo tempo em que permanece um esforço para a adesão de novos participantes, há um clamor para que esta adesão se reflita concretamente no Parlamento, cujas ações passam a ser monitoradas mais proximamente pelos participantes. *Posts* que problematizam questões para fomento ao debate público no âmbito do *FB* vão ocorrer. As citações sobre casos de corrupção estão presentes e, embora não seja o foco da Campanha, sua publicização impulsiona o sentimento de indignação dos participantes e oferecem concretude ao foco de combate.

A terceira fase que podemos nomear como dos “atos públicos” está compreendida entre a criação do grupo de trabalho na Câmara até o adiamento da votação do Projeto, em 7 de abril, para o mês de maio. São 143 *posts*, onde se pode

reconhecer o aumento da indignação dos participantes e um deslocamento do foco para ações presenciais, embora não sejam abandonados o abaixo-assinado e o constante compartilhamento de notícias e de informações qualificadas sobre a evolução do Projeto na Câmara. Das postagens emerge uma agenda de mobilizações presenciais nomeadas “atos públicos”; na amostra eles ocorrem sobretudo em Brasília, nos corredores do Congresso, nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Vitória. O monitoramento presencial das atividades na Câmara é intensificado por meio do acompanhamento das reuniões do grupo de trabalho e da participação em audiência pública realizada na Câmara.

O enquadramento da mídia também sofre um deslocamento de foco, migrando da tematização institucionalizada, presente nos *links* de notícias que retratam o dia a dia da cena do Parlamento, para a cena popular. A entrevista do relator do Projeto, Deputado Índio da Costa (DEM-RJ), à revista *Época*, compartilhada na comunidade, sob o título “Pressão popular é fundamental para aprovar o Ficha Limpa”, ilustra bem isso. Já o envolvimento do deputado na comunidade do *FB*, que posta em 30 de março um convite para abaixo-assinado via *Twitter*, é mais um exemplo de que a mobilização surtira algum efeito na arena institucional. Nessa fase também se dá a divulgação da *fan page* no próprio *FB*, nomeada “2010:Todos pela Ficha Limpa”, o que demonstra também um crescimento da presença do movimento nessa plataforma. Como se vê, a terceira fase é marcada pela ampliação da motivação e animação dos públicos, necessária à sustentação do interesse público junto ao Congresso Nacional.

Na sequência, aparece a quarta fase, que aqui nomeamos como “vigília pública”, na qual se atinge o paroxismo da mobilização em torno da causa, com táticas cada vez mais híbridas (e angustiadas) perante o adiamento da votação e da força parlamentar contrária ao regime de urgência. Os atos públicos se intensificam, sendo ampliada a divulgação de ações para além daquelas anteriormente citadas, em Brasília e no sudeste do país. Na comunidade, são notificados atos públicos no Pará e no Rio Grande do Sul. Compreendida entre os dias 7 de abril e 11 de maio, dia do término da votação em plenário, nessa fase são postadas 72 mensagens no *FB*. A maior parte delas é de adesão ao movimento e retratam a indignação popular diante da extensão do prazo, ou compartilham notícias da Câmara dos Deputados, oriundas do *site* da própria Câmara, ou de veículos da mídia nacional.

Um conjunto de quatro *posts* no *FB* apresenta *links* para entrevista veiculada pelo Programa do Jô, na TV Globo, com o então relator do Projeto, deputado Índio da Costa, na data 12 de abril. Na entrevista, com direito a ocupar dois blocos do programa, o parlamentar posiciona-se nitidamente contra os partidos PT e PMDB, afirmando que ambos impediam a votação na Câmara. Efeito direto ou não, em 20 de abril, a relatoria do Projeto passa às mãos do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). O deputado Índio da Costa voltará a se manifestar no *FB* apenas mais uma vez, em 25 de abril, em convite para ação presencial. Mais tarde ele integraria a chapa presidencial, como vice de José Serra, em fins do mês de junho. Esse exemplo reforça o espelhamento da movimentação dos públicos no espaço presencial pelo espaço *online* e certa narrativa dos movimentos da esfera institucional no espaço público na internet, de natureza mais informal.

No *FB* o ápice diário do número de *posts* ocorre durante essa fase; os participantes acompanham passo a passo a votação para identificar os parlamentares que votaram contra o Projeto. Há um refinamento das táticas de pressão aos deputados, com manifestações que descrevem um detalhado passo a passo para envio de mensagens aos parlamentares, incluindo não apenas o modelo de texto, mas *links* para outras comunidades virtuais. Se comparadas às manifestações pró-adesão da primeira e da segunda fases, as dessa demonstram um domínio ampliado dos repertórios de ação e das ferramentas que os compõem, o que revela um claro amadurecimento do ativismo *online* pela Campanha.

Após a aprovação do Projeto e do encaminhamento dele ao Senado, há uma queda considerável de manifestações no *FB*, o que nos leva a crer na existência de um hiato dos fluxos de interação. Essa é a quinta fase. Nos 33 *posts* que compõem esta fase de “calmaria” no movimento ondulatório da comunicação na comunidade, os dois temas de maior relevância que aparecem são questionamentos referentes à modificação do texto de autoria do Senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que acaba por restringir a aplicabilidade da Lei somente aos futuros candidatos, não atingindo aqueles já eleitos; e chega a se esboçar um movimento “Sanciona Lula” mas que, devido à rápida publicação no Diário Oficial da União, em 4 de junho, não chega a ganhar volume.

O resultado da votação do Projeto no Senado, aprovado por unanimidade, reflete um momento de acomodação do esforço mobilizador e, por consequência, do

surgimento de outras questões para discussão, fundamentais à continuidade do movimento.

A última e sexta fase, composta por um “rescaldo” de 26 *posts* que retratam a “vitória” alcançada no Congresso, é a da “reproblematização”. Há o questionamento da aplicabilidade da Lei já para o ano eleitoral de 2010, em que a função de fomento ao debate público ganha força. Embora esse tema tenha perpassado todas as fases e a ondulação das funções comunicativas de mobilização, após a publicação da Lei ele encontra espaço para que ocorra sem se perder entre os esforços para alcance de objetivos específicos (e imediatos). São compartilhados, por exemplo, *links* para sessões tira-dúvidas na plataforma *FB*, para o Projeto Excelências, que mapeia a vida pública dos candidatos e agentes políticos. O papel do Judiciário, concretamente materializado no TSE e STF, passa a ser questionado e, como afirmado em um dos *posts*, percebe-se que a transformação de um projeto de iniciativa popular em lei é apenas “a metade do caminho” e uma longa jornada que tem, como um de seus mais importantes componentes, a valorização do voto, seguido da melhor qualificação da representação. Essa mudança exigirá do MCCE e dos participantes, a manutenção do engajamento cívico reconhecido nas fases anteriores, para que os efeitos da Lei Complementar possam ser efetivamente percebidos na esfera pública.

A correlação entre o predomínio do tipo de função comunicativa na mobilização social em cada uma das fases do movimento nos auxilia a compreender como e em que direção os públicos se movimentam comunicativamente para a consecução dos objetivos de campanha.

Nos primeiros meses da CFL-MCCE, a função de Convocação e Identificação (CI) está presente em mais da metade dos *posts*. Essa informação já era de se esperar, uma vez que se trata de uma fase de incentivo à adesão ao movimento, e não propriamente da construção do engajamento cívico por meio de laços sociais fortes. As petições e abaixo-assinados, como vimos, são importantes táticas do processo de primeira hora, em que muitos são “recrutados” a participar, mesmo que a palavra recrutamento remeta a algo militar ou massivo.

As demais funções, Motivação e Animação (MA) e Fomento ao Debate Público (FD) aparecem em segundo e terceiro lugar no início da primeira fase, respectivamente. À medida que o movimento avança, ambas passam a crescer; FD tem

rápida ascensão, enquanto MA sobe mais lentamente. Na fase da Adesão Absoluta, CI e FD predominam, sendo que FD ultrapassa numericamente CI. Esse movimento espelha a menor necessidade de convocação dos públicos, enquanto proliferam entre os usuários questionamentos, depoimentos, perguntas, pequenos debates, enfim, problematizações típicas de movimentos emancipadores, o que alimenta as possibilidades de engajamento cívico.

Interessante perceber que, após o ápice numérico de participação em *posts* (mais de 250 *posts* em quatro meses), tem início o declínio de CI e FD, rumo à terceira fase, a dos Atos Públicos. Todavia, MA ascende continuamente e passa a predominar nesta nova fase, respondendo agora, como respondeu CI na primeira fase, por quase 50% dos *posts*. Nessa fase predominam comunicações estimuladoras e reforçadoras de iniciativas de mobilização, garantindo-lhes o passaporte da continuidade na vinculação dos públicos e com o movimento. Ganha força a dimensão *offline* da mobilização e das interações. Os participantes passam a buscar visibilidade nas ruas, em eventos presenciais. A plataforma *FB*, nessa fase, cumpre muito mais o papel de um meio de articulação híbrida, favorecendo interações face a face, que de discussão de ideias ou apresentação de novas ações. Com o arrefecimento numérico, os usuários também passam a postar menos, e a atualização torna-se menos frequente. Pode-se dizer, nesse ponto, que há certa acomodação dos membros ao ritmo da mobilização *online*. São contabilizados quatro meses desde o início da comunidade, ou seja, um terço do período analisado.

Adiante, o que se percebe é o forte declínio numérico das participações, o que leva à estabilização dos números de *posts* em torno de 25 por função e ao equilíbrio da presença das próprias funções comunicativas dentro da fase. Esta é a da “vigília pública”, em que o monitoramento do passo a passo do Projeto é mais chamativo que assinaturas, entrevistas, artigos, debates, já que o dever de casa (a ida às ruas, a ampla exposição pública) tomou corpo. Por isso, os públicos passam a utilizar o *FB* muito mais para *vigiar* os movimentos do Congresso, por exemplo, que para proposição de novas alternativas de ação ao movimento. Numericamente, há um “empate técnico” entre as funções. A Vigília Pública termina onde se completam os dois terços do período investigado.



Após um “hiato” do movimento, no qual MA atinge o seu menor volume de *posts*, o crescimento numérico é retomado. A fase da “reproblematização” produz, no último mês, uma pequena elevação do FD e de MA, consolidando o primeiro ano de comunidade, seu primeiro grande ciclo de mobilização. Acreditamos que os fios comunicativos, após junho de 2010, ganharam fôlego, renovaram as construções simbólicas que favorecem a retomada das bases de um movimento por parte dos cidadãos. Mas isso já fugiria do período de análise desse trabalho.

Isso nos mostra que a movimentação de públicos na mobilização obedece a movimentos bem distribuídos, onde o engajamento e a participação, ora maior, ora menor, seguem os pulsos sociais ligados à comunidade.

### **O lado sombrio**

Apesar dos evidentes ganhos acima apresentados sobre o uso da plataforma para fins mobilizadores, não poderíamos deixar de problematizar alguns aspectos inerentes ao *FB*, com a finalidade de garantir um olhar crítico sobre ele. Discorramos, portanto, sobre alguns dos espinhosos limites impostos às pessoas a que se valem do *FB* para ações de mobilização.

Inicialmente, é preciso destacar que a internet não é, por si, um ambiente livre de contradições. Particularmente na plataforma *FB*, o entrelaçamento entre o público e o privado, somado às forças mercadológicas, gera certa confusão entre os cidadãos. Faz-se uso “gratuito” da plataforma, mas há um preço sobre seus serviços. O *FB*, como uma empresa, objetiva lucro, e nada modesto<sup>8</sup>. Sua receita advém, sobretudo, das informações postadas e da publicidade gerada sobre e a partir delas. O lucro se amplia à medida que cresce a adesão numérica e o tempo de permanência dos usuários na plataforma. Em muitos aspectos, *os novos donos* da mídia estabelecem relações de poder assimétricas com os seus *novos clientes* ou, para alguns, suas *novas mercadorias*.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> O lucro líquido do *FB* caiu 80% no 4º trimestre de 2012; todavia o resultado foi de US\$ 64 milhões. No ano, o lucro caiu de US\$ 1 bilhão, em 2011, para US\$ 53 milhões. Fonte: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/01/lucro-liquido-do-facebook-cai-80-no-4-trimestre-de-2012.html>, acesso em 21/4/2013, às 23h50.

<sup>9</sup> Desde o abril de 2013 o *FB* vem cobrando de usuários brasileiros pelo serviço de mensagens enviadas a desconhecidos. Segundo a empresa, o pagamento funciona em forma de teste. O usuário paga US\$ 1 para enviar uma mensagem diretamente à “Caixa de Entrada” do remetente. Do contrário, a mensagem vai para a pasta “Outros”, uma espécie de caixa de spams. Fonte: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/facebook-comeca-cobrar-para-usuario-enviar-mensagens-no-brasil.html>, acesso em 21/4/2013, às 23h 41.

Uma primeira e importante questão para debate trata do real impacto do *ciberativismo* sobre as mudanças almeçadas e verbalizadas pelos movimentos presentes na internet. Alguns analistas alertam que tal impacto do ativismo *online* na participação política e na mobilização pode até ser negativo; as pessoas poderiam começar a se afastar das formas convencionais de participação para abraçar formas mais *slacktivist* (MOZOROV<sup>10</sup> *apud* BREUR e FAROOQ, 2010).

O ativismo nas redes sociais inclui um amplo espectro de ações que, somadas, compõem repertório diverso, contemplando assinatura de e-petições, postagem e compartilhamento orientado de conteúdo, participação de discussão *online* em grupos, entre outros. Entretanto nem sempre há correspondência dessa performance “ativa” em rede na “vida real”; essa participação virtualizada, por assim dizer, se tornou conhecida como "*clicktivism*", "*slactivism*", "ativismo de poltrona", ou "ativismo *feelgood*".

Pejorativamente (ou não) tais expressões exploram a dimensão da zona de conforto do sujeito que prefere se manter *online* em vez de arcar com os ônus inerentes à participação *offline*. Os críticos ao ativismo *online* questionam os efeitos práticos das ações virtuais, para além do hedonismo do indivíduo envolvido na ação. Inclui-se nisso aquele posicionamento politicamente atomizado do “estou fazendo a minha parte”, amortizando o efeito de uma consciência engajada que se livra da angústia da apatia política na medida em que, ao alcance de um botão, adere a uma campanha na rede, sem assumir efeitos colaterais da escolha.

Ainda faltam estudos empíricos que tragam evidências sobre a relação entre o uso das redes sociais na internet e participação política. É necessária uma análise estatística robusta em grandes conjuntos de dados que investigue a relação entre *online* e *offline* do comportamento participativo político no contexto dos acontecimentos da vida política real.

Outra cara questão para *ciberativistas* que se valem do *FB*, reside no incômodo com a política de relacionamento pouco transparente estabelecida entre a empresa e seus usuários é cada vez maior. Eles vêm demonstrando insatisfação crescente por meio de manifestações e protestos organizados que visam incluir o sentido

---

<sup>10</sup> Morozov, E. (2009) The brave new world of slactivism. Foreign Policy. In: BREUR, Anita and FAROOQ, Bilal (2011). Slactivists or Activists? The Impact of Social Media Use on Individual-Level Political Participation: Evidence from the Brazilian Ficha Limpa Campaign. Apresentado em 6th General Conference of the European Consortium for Political Research (ECPR), Reykjavik, Iceland, August 25th – 27th, 2011.

de democracia também nas relações de uso da plataforma, como é o caso do grupo liberal *MoveOn.org*<sup>11</sup>

A reconhecida existência de filtros de conteúdos, utilizados como um dispositivo tecnológico da plataforma para atender aos interesses mercadológicos de seus proprietários, afeta, inevitavelmente, a diversificação do debate e, com o tempo, condiciona o uso da rede social a círculos estreitos de relações e temas. Como uma empresa, que tem entre seus objetivos o lucro, aos proprietários do *FB* interessa conhecer os hábitos de seus *clientes*, e para isso as informações expostas nos perfis são um ativo fundamental. O rastreamento de informações sobre *hobbies*, gostos, hábitos de consumo, das rotinas de vida, das relações que cada perfil estabelece consigo e com os componentes de sua rede, oferecem um mapa do comportamento.

Curiosamente os cidadãos usuários da plataforma desconhecem ou não conhecem com detalhes como esses instrumentos operam; como perscrutam todo o volume de dados expostos e como, em última análise, são preciosas ferramentas que permitem intercruzar informações e oferecer, ao internauta, exatamente aquilo *o que ele espera* – ou aquilo que a empresa *FB* julga ser *o que ele espere* (PARISER, 2012). Para os mais críticos, na lógica *do mais do mesmo*, há um esvaziamento das possibilidades de diversificação. A forma de operar a própria plataforma pode refletir a lógica homogeneizante das ideias políticas (LEV-ON e MANIN, 2009).

Embora na CFL-MCCE o fenômeno não tenha sido observado com intensidade – pois a coletivização contribuiu para multiplicar entradas e saídas de informação, dinamizando os perfis dos sujeitos nela envolvidos – no *FB* se pode reconhecer a tendência *like-minded*, sobretudo em comunidades que têm como foco uma causa específica, diferentemente das discussões que se capilarizam mais livremente, entre perfis. No caso do combate à corrupção, por erguer uma bandeira inatacável na esfera pública, a ocorrência de interações discordantes entre si ou de confronto de pontos de vista são mais raras. No entanto, em experiências do cotidiano, as interações acidentais entre dois perfis com visões diferentes se valem, na maioria das vezes, de um terceiro perfil intermediário. Por exemplo: por meio de amigos, posso

---

<sup>11</sup> Em novembro de 2007, o *MoveOn.org* liderou um protesto contra o *FB*, onde postou anúncio usando uma ferramenta *self-service* do site com a seguinte provocação: “Será que o *Facebook* está invadindo a sua privacidade?”, sendo que 68 mil aderiram de imediato. Os usuários acreditavam que o *Beacon*, dispositivo do *FB*, era invasivo, pois sequestrava dados das pessoas para gerar dinheiro com eles. O grupo de ativistas também registrou denúncias formais na justiça. A solução da empresa foi incorporar as reivindicações à plataforma e permitir o desativamento do *Beacon* pelos usuários.

tomar contato com meus opositores políticos, ou mesmo com sujeitos que pensam por meio de sistema de valores e crenças diversos do meu. Esse confronto é sempre salutar para a problematização pública a respeito de questões que tocam o bem comum, quebrando as eventuais fronteiras estabelecidas pelo compartilhamento *like-minded*.

Essa interação entre contraditórios são nomeadas “*happy accidents*” (LEV-ON e MANIN, 2009), menos frequentes que as interações *like-minded*, os quais permitem uma discussão mais rica já que visões opostas se confrontam. Os autores acreditam que, em geral, os cidadãos na rede tendem a interagir com seus pares, circunscrevendo a troca de argumentos a uma vizinhança relacional que compartilha visões, crenças e valores similares. Para eles, não se pode esperar que debates contraditórios surjam espontaneamente em uma sociedade de internautas tão diversificada e com liberdade de expressão – embora haja probabilidade de isso ocorrer.

Ainda para os autores, há *drivers* que norteiam o jogo de forças de argumentação na rede: primeiramente aqueles ligados à homogeneidade dos vínculos *like-minded*, que podem produzir, por exemplo, ratings e filtragens colaborativas de conteúdos sobre um determinado tema, estabelecendo enquadramentos que traduzem o pensamento dominante entre os membros da comunidade. Essa interlocução “entre iguais” pode se dar, inclusive, entre sites e blogs de uma mesma orientação ideológica, legitimando uns aos outros, o que resulta numa espécie de homofilia excludente das visões opostas que poderiam ocupar a deliberação pública.

Já os *drivers* da oposição (LEV-ON e MANIN, 2009) caminham no contra-fluxo da homogeneidade, focando basicamente em três fatores: a criação de uma variedade de cenários para a clivagem transversal da comunicação; pressões cognitivas reduzidas para expressar pontos de vista opostos em tais cenários; as habilidades comunicativas que alinhavam, arrematam arestas das discussões travadas no ambiente *online*.

Um aspecto a se considerar nesse sentido é que as plataformas sociais na internet permitem a capilaridade das postagens pela rede, uma vez que a redistribuição de uma informação pode ocorrer automaticamente para os “amigos dos amigos”, e não somente para perfis aos quais o perfil da pessoa está diretamente vinculado.

Essa capacidade de repercussão amplia as possibilidades de dialogicidade entre perfis divergentes. Em certa medida, isso faz do *FB* plataforma que permite a dois

perfis políticos opostos um debate, mesmo que por meio de um encontro fortuito, viabilizado pela visibilidade da informação oportunizada por um terceiro perfil que os vincule. Isso dificilmente ocorreria em outras plataformas como no *Orkut*, em que a interação entre iguais é menos porosa, ou seja, as comunidades estão identitariamente circunscritas segundo uma perspectiva compartilhada.

Nesse universo de fluxos de vários níveis, presenciais ou virtuais, a grupalização de pessoas que pensam de maneira semelhante e que compartilham interesses similares é inevitável. Isso pode ser benéfico para a articulação de cidadãos que, se conectados com a realidade do sistema social, podem reforçar movimentos transformadores e debates ampliados, colaborando para a construção coletiva de estratégias e táticas deliberativas com base na cooperação entre sujeitos e atores afins. Entretanto, não raro, na internet a produção de uma discussão crítica pode também se ver ameaçada por uma fragmentação do ciberdiscurso (DAHLBERG, 2001). As comunidades virtuais oferecem uma forma "fraca" de participação democrática por causa de sua natureza exclusiva. Com isso, seus membros das comunidades virtuais não são muitas vezes obrigados a se confrontar com toda a gama de preocupações do público e com os valores que estão a ser enfrentados quando se convive com a diferença na vida *offline*, todos os dias.

Além disso, é possível constatar uma tendência de formação de pequenos grupos dominantes no espaço de fala e discussão *online* no *FB*. Isso ocorre na CFL-MCCE o que se torna, para a mobilização social baseada no interesse público, um ponto de atenção. A depender do perfil dos líderes e dos membros "mais falantes" pode ocorrer espécie de preocupante colonização do ciberespaço por uma elite, reproduzindo algo similar ao que ocorre nas arenas *offline*.

Reconhecemos no contato com o objeto de pesquisa que a plataforma *FB* proporciona aos sujeitos, muitas vezes, uma experiência interacional fragmentada por sua tendência à pulverização espacial e temporal, somada à multiplicidade de ferramentas *online* disponíveis e à panacéia de outros recursos ao alcance do internauta por meio de um clique – recursos reinventados a cada dia para atender, em sua maioria, demandas de mercado. As informações, em geral, são visualizadas de forma dispersa entre os perfis, que delinham cargas relacionais de mais variados contextos, que não apenas o político, como também o familiar, o afetivo, o profissional, entre outros.

Via de regra, em que pese apresentar distintos modos de ser e se mostrar via rede, as relações intersubjetivas *online* tendem *refletir* o posicionamento do indivíduo perante a sociedade. Numa palavra, sujeitos abertos à interação, civicamente engajados no cotidiano e interessados na construção de causas coletivas tendem a espelhar essas características em suas redes individuais. Os que se relacionam, no cotidiano, em grupos mais fechados, estabelecendo recortes sociais específicos para si e para com os quais interage, tendem a espelhar tal individualismo nos seus perfis virtuais. Uma crítica que não se pode deixar de fazer sobre o tipo de sociabilidade proporcionada pela plataforma é que, embora as comunidades do *FB* possam se estabelecer em torno de causas de interesse público, e sejam muitas vezes de acesso livre, do tipo grupo aberto, elas impulsionam a formação de vínculos intitulados como “amigos” ou “amizade”. Essa aproximação entre sujeitos é, naturalmente, mais fechada que aberta.

Reconhecer a possibilidade de uma espécie de *encastelamento* das opiniões ou pontos de vistas de cidadãos engajados e politicamente ativos no contexto da participação é fundamental. Embora a internet seja reconhecida, por muitos, pela sua liberdade de uso da palavra, não necessariamente essa liberdade se reflete no campo da diversidade de participantes, nem na diversificação das ideias em debate. A participação pode, mesmo no contexto *online*, produzir uma radicalização do posicionamento de cidadãos pouco abertos à opinião de seus opositores, ou a outras opiniões. Isso comprometeria princípios basilares da democracia, tais como a tolerância social com o diferente, com o ponto de vista discordante (MUTZ, 2006). Obviamente, seja no universo de participação *online* ou *offline*, o modelo de um cidadão politicamente ideal, que englobe todas as características democráticas, está longe de existir.

### Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRETAS, M. B. A. S. Elementos metodológicos para a Abordagem das Interações Telemáticas. In: FAUSTO NETO, A. *et al.* (Orgs). *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001. p.29-47

FACEBOOK. *Estatísticas do Facebook*. Disponível em: <http://www.facebook.com/press/info.php?statistics>>. Acesso em 28 de nov. 2011.

FIORINA, M. P. *Parties, Participation, and Representation in America: Old Theories Face New Realities*. American Political Science Association, 2001.

GAMSON, William A. *Falando de política*. Trad.: Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HENRIQUES, Márcio S.(Org.) *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Mobilização Social na prática de polícia comunitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LEV-ON, Aziz; MANIN, Bernard. *Happy Accidents: Deliberation and online exposure to opposing views*. In: Todd Davies and Seeta Gangadhran (eds) *Online Deliberation: Design, Research and Practice*. Chicago: Center for the Study of Language and information, 2009. p. 105-122)

MANOVICH, Lev. *Software takes command*. 2008. Disponível em: <http://www.softwarestudies.com>. Acesso: 20/11/2008.

MUTZ, Diana. *Hearing the Other Side: Deliberative versus Participatory Democracy*. Cambridge University Press, 2006

NORRIS, P. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Digital Divide: Civic Engagement, information poverty and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria D. *Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Belo Horizonte: Autêntica, 2004.